

# A PÓS-VERDADE DO PONTO DE VISTA DISCURSIVO E DAS TEORIAS DA MODERNIDADE

\*\*\*

## THE TRUTH FROM THE DISCURSIVE POINT OF VIEW AND FROM THE THEORIES OF MODERNITY

Pedro Grisi Galvão Barban<sup>1</sup>

Leda Verdiani Tfouni<sup>2</sup>

**Recebimento do Texto: 15/09/2021**

**Data de Aceite: 28/01/2022**

**RESUMO:** Pretendemos produzir uma reformulação teórico-analítica sobre a pós-verdade, conceito que, apesar de recente, designa uma questão social ampla, mas ainda apresenta pouca literatura a respeito, o que torna difícil sua compreensão e a formação concreta de uma teoria constitutiva que faça jus a sua importância. Daí o valor da desdogmatização da pós-verdade como um novo mal que assola a contemporaneidade e que contamina toda e qualquer forma de veiculação informativa. A relevância se dá na urgência de explicar e entender os mecanismos de ação discursivos que rodeiam o atual mundo virtualizado e que servem como grandes propagadores de falsas teorias e inverdades com relação às mais diversas esferas sociais do discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-verdade. Mecanismos discursivos. Dispositivo da análise.

**ABSTRACT:** We intend to produce an analytical theoretical reformulation on the post-truth, a concept that, although recent, designates a broad social issue, but still presents little literature on this, which makes it difficult to understand and concretely form a constitutive theory to illuminate its importance. Hence, the value of the desdogmatization of the post-truth as a new evil that plagues contemporaneity and that contaminates any form of informative dissemination. The relevance lies in the urgency of explaining and understanding the discursive mechanisms of action that surround the current virtualized world and that serve as great propagators of false theories and untruths in relation to the most diverse social spheres of discourse.

**KEYWORDS:** Post-truth. Discursive mechanisms. Analytical device

---

1 Universidade de São Paulo. Mestrando em psicologia.

2 Professora Titular da Universidade de São Paulo. Livre Docente e Pesquisadora do CNPq.

## Introdução

Tendo como origem o ensaio do escritor e dramaturgo sérvio-americano Steve Tesich (1992), o termo pós-verdade nunca antes encontrara um território tão permeável e fecundo às suas exigências quanto hoje. De acordo com o Dicionário Oxford - que a elegeu como a palavra do ano em 2016 - se trata “daquilo que se relaciona ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (QUADROS, 2018).

Dunker (2017) caracteriza a pós-verdade como enunciados que produzem significados sem substrato objetivo ou que se impõem em função do apelo emocional, da suposta autoridade e credibilidade de quem os formula, tornando-se um catalisador do *modus operandi* do sujeito na hipermodernidade, no qual “quero que seja, logo, é”. Ao espalhar a versão dos fatos afinada com as próprias crenças e desejos, acaba de fato realizando-os materialmente. O autor alude à “verdade inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito” (2017, p. 18). Ou seja, sua mensagem captura o interlocutor ao colar com opiniões pré-formadas; não transforma nem soma nada, mas sim perfura e preenche um discurso no qual aquilo que foi dito completa uma frase, uma sentença significativa. Ao entrar em contato com uma informação compartilhada, há no sujeito sempre processos ocorrendo em paralelo, de identificação ou estranhamento. Concomitantemente, ocorre uma recusa do outro; ou ao menos uma cultura de indiferença. A escuta do sujeito imbuído de preconceitos é um campo arado para a pós-verdade, na qual a moral é potente como em religiões, mas não produz transformações éticas relevantes.

Tiburi (2017) explora o prefixo “pós” ao fazer considerações com relação ao sentido de ultrapassagem que ele propõe, como se se tratasse de uma orientação para um pós-conhecimento ou um descarte do conhecimento que explicaria a valorização da informação como forma em detrimento de uma preocupação com o conteúdo. O pós sugere que estamos sempre numa fase de superação de tudo, e que, portanto temos sempre um “post” que nega aquilo que existia antes; e acaba por acrescentar uma atualidade contemporânea de enfoque desmedido. “.. o uso

do termo pós-verdade surge aos olhos da filósofa como algo que, “pelo menos por um tempo, pode nos levar a olhar de perto a nossa perdição” (p. 104).

No intuito de encaixar a pós-verdade na atualidade, há de se apresentar aqui seus principais vetores. Em parte, como fruto da avalanche de notícias e opiniões que nos assaltam na mídia e nas redes sociais, a pós-verdade possui seu grande campo na ágora virtual, nas relações via internet, Facebook, Instagram, Twitter e Whatsapp. Ficou cada vez mais difícil distinguir o que é baseado em fatos e o que é de cunho opinativo; separar o objetivo do subjetivo; toda plataforma virtual que possibilita uma troca de informações está vulnerável diante da voracidade daquele que abusa desse artifício falacioso. As *fake news*, tão comentadas atualmente, são nada mais que formas de discurso pós-verdadeiros, uma vez que apelam para combinações calculadas de observações corretas, desencadeamentos e interpretações plausíveis, fontes “confiáveis” procedendo a um falseamento dos fatos (e da realidade) com finalidades escusas e interesseiras.

Temmerman et.al (2019) elegem dois grandes propulsores que circundam o imaginário coletivo e que permitiram nas atuais instâncias um mecanismo de fomentação da pós-verdade:

1. Frustração com as instituições tradicionais, junto às novas mídias de plataformas virtuais que favorecem a replicação de boatos e mentiras. Somado a isso, há mecanismos internos à tais plataformas que favorecem o cerceamento de informações na construção de verdadeiras bolhas de opiniões, como os algoritmos utilizados pelo Facebook, que fazem com que usuários tendam a receber informações que corroboram com o seu ponto de vista.
2. Menos espaço para a imprensa, que é tradicionalmente responsável por checar os fatos e construir discursos supostamente baseados na realidade. Em paralelo, a imprensa que checa fatos antes de publicá-los compete por espaço com uma ampla gama de veículos de informações falsas. (p. 4; tradução nossa)

Nas notícias compartilhadas pela via virtual e nas discussões que se dão nesse mesmo palco, a pós-verdade reivindica um posto de autoridade sobre a verossimilhança a todo o momento em que alguém é capturado pela necessidade íntima de confirmar suas próprias crenças através do outro, pelo artifício do

suposto saber, e, pensando ter atingido uma posição de sujeito de prestígio, procura em seguida compartilhar seu conhecimento absoluto como forma de triunfo sobre aquele que ainda não conhece a “sua” verdade. No mundo digital, qualquer discurso pode ser manipulado e distorcido, e, muitas vezes, acaba produzindo um efeito de sentido contrário ao original. A questão é delimitar em quais condições de produção essa inversão se dá: por cálculo e astúcia do sujeito, ou por ingenuidade?

Sartori (2000), apesar de não ter por tema a pós-verdade, apresenta valiosas semelhanças com o momento atual. Tendo escrito sobre temas voltados predominantemente à televisão e seus efeitos na sociedade e na formação de opiniões, muitas de suas conclusões podem e devem ser encaixadas nas novas plataformas de comunicação em massa. O autor já discutia e denunciava as pós-verdades (sem utilizar o mesmo termo) que contaminavam os programas televisivos. Sua ideia de opinião em cascata cabe perfeitamente no que acontece hoje nas formações de opinião pela via virtual:

Enquanto prevalece a comunicação linguística, os processos de formação de opinião não acontecem diretamente de cima para baixo; acontecem “em cascata”, ou melhor, como numa sucessão de cascatas interrompidas por tanques em que as opiniões sucessivamente se misturam. Além disso, junto com a cascata se acrescentam e se contrapõem agitações vindas do fundo, como também resistências ou viscosidades de várias espécies. Do mesmo modo as opiniões de cada um de nós se remetem a grupos de referência, e, portanto, não decorrem apenas de mensagens, mas também de identificações. (SARTORI, 2000, p. 42)

Na Ágora virtual predomina o desejo de fazer parte, de estar vendo o que todos veem, de ser ouvido e visto. Para Tiburi (2017), o aparecer tornou-se um efeito das tecnologias sobre os corpos, e virtualização da vida é correlata à espetacularização da vida. Debord diz que a contemporaneidade espetacular nega a vida real; “os limites do eu são esmagados, os limites entre o verdadeiro e o falso suprimidos, e a presença real da falsidade é garantida pela organização da aparência” (DEBORD, 1997, p.219). A sociedade prefere a cópia ao original, a imagem à coisa, a representação à realidade.

Partiremos de dois pilares teóricos para apresentar uma explanação a respeito da pós-verdade e da sua constituição: 1) A psicanálise, porque segundo Lacan (1945/1998a, p. 213) “... o coletivo não é nada senão o sujeito do individual”; dessa forma, é entendendo a relação do sujeito com o discurso e suas condições de produção que buscarei encontrar um entendimento da ficção presente nas pseudoverdades que um sujeito toma para si. É também na psicanálise que encontramos uma abordagem sobre a verdade que não tem por compromisso a verdade científica das chamadas “ciências duras”, experimentais e empiristas (Lacan, 1945/1998b). 2). Nos estudos sobre a constituição do sujeito do discurso, especialmente em Foucault, pela sua característica de propor teorias e ao mesmo tempo montar explicações para modos de ação e entendimento de mundo, relacionando o discurso com um sentido e o sujeito que o produz em determinadas condições. Sobre a aproximação entre Lacan e Foucault, que pode parecer estranha, tomamos as palavras de Birman (2010, p. 201):

Portanto, Lacan e Foucault trabalharam a problemática do sujeito de maneira teoricamente próxima, não obstante as suas diferenças evidentes, destacando ambos a dimensão ética do sujeito e se contrapondo assim à redução desse à dimensão de produção do conhecimento. Enfim, ambos criticaram as estratégias positivistas presentes nos discursos da psiquiatria e da psicologia, que visavam à objetivação do sujeito.

## **Aprofundamento da questão**

A pós-verdade, como conceito em construção, opera sobre significantes complexos, porém sua estrutura ainda não foi bem examinada pela literatura. A verdade, parte constituinte do termo, vale uma pesquisa por si só. Pretendemos, a seguir, dar uma breve introdução sobre o que ela representa para alguns autores de extrema relevância nas ciências da linguagem, na tentativa de tentar explorar este campo, que é transversal a toda investigação proposta aqui, além de formular questões e apresentar respostas possíveis ao tema.

Foi a partir da modernidade que houve uma conversão na relação discursiva entre o lugar do saber e da verdade. Através do método, Descartes

inaugurou uma relação de totalidade entre o saber e a verdade, ao inclui-la toda no campo do saber. A partir daí, passa a ser possível produzir verdades, basta que o sujeito se utilize de um bom método, de forma tal que o saber e a verdade passam a se localizar no poder de síntese do sujeito. De acordo com Danziato (2012), o poder dos discursos modernos não depende da sua precisão e objetividade, mas da assunção de um lugar de poder de enunciação de verdade.

Para Foucault (1979), tal verdade está inserida na história crítica do pensamento e apresenta um caráter relativo ao que é normalmente tido como verdadeiro; não está no objeto (ele não preexiste) nem no sujeito (não é uma essência), mas nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição. Ela torna-se verdade a partir das práticas em que é usada em articulações específicas. O sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias não existem; concretizam-se mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si (CANDIOTTO, 2006). Birman (2002) comenta que

A verdade, portanto, não tomba do cosmos, das ideias acima de qualquer suspeita à Terra, mas surge das relações entre os homens, inserindo-se em jogos que regulariam o modo de produção de seus enunciados e as regras de produção de sua legitimidade. Sendo constituída pela convenção e pelo uso, ambos estabelecidos pelos homens no espaço social. Para que estes se estabelecessem, necessária seria ainda a produção de certezas e crenças que se fundariam na ação de dispositivos de poder, pelos quais a verdade se legitimaria e se inscreveria nos corpos dos indivíduos pela mediação de processos de subjetivação. (2002, p. 307).

A verdade é tratada neste estudo a partir do pressuposto de que ela vai além daquilo que está em conformidade com os fatos e com a realidade, pois é dependente do discurso e de uma interpelação do sujeito através de processos de subjetivação, chegando a concepções que seriam espontaneamente inseridas na sua visão e concepções de mundo que tentariam chegar próximo a verdades; as mesmas que norteiam a ação e o sentido. A singularidade do sujeito se constitui através desses atos de liberdade e de produção de si, escolhas por onde ele passa a evidenciar a questão da verdade. A problemática aqui proposta é a história da

emergência dos jogos de verdade que justificam racionalmente modos específicos de objetivação e de subjetivação. Ela é, conforme Foucault, a história sempre provisória das condições que admitem, ou não, que se assevere “verdadeiro” ou “falso” a propósito de certas coisas. (FOUCAULT, 2012).

A pós-verdade, entretanto, extrapola a dualidade verdadeiro-falso, pois ela não está preocupada com isso. São discursos em que, na definição de Carvalho (2019):

Verdade e contradição [mentira] estão imobilizadas pelo excesso, por um bombardeio de versões contraditórias e informações desencontradas. A verdade já não tem nenhum valor ou poder, está perdida entre tantos discursos improváveis que, ao contrário dela, dispensam os fatos (CARVALHO, 2019).

O autor acrescenta que a pós-verdade se assemelha a um “mecanismo de autodefesa”, de uma sociedade suicida que percebe que está no caminho da autodestruição, não conseguindo deter esse percurso, nem enfrentar suas causas. Nesse sentido, assemelha-se à piada de humor negro, do filme *La Haine*, dirigido por Mathieu Kassovitz, segundo a qual um homem está caindo de um prédio de 15 andares e, a cada andar que seu corpo percorre em direção à morte, comenta: “Até aqui, tudo bem!”

Continua Carvalho (2019, p.3):

Nesse caso, estaria explicada a infantilização, a regressão expressa pela ilusão de uma perspectiva alternativa à verdade, uma perspectiva de sobrevida mágica diante dos fatos e do inevitável, a promessa de um céu (de uma salvação) que a arte insiste em contrariar com e representação da terra, com a profanação dos consensos e das sacralizações pela qual acaba demonizada.

Advêm daí discursos que passam a compor subjetivações contingentes que encontram seu campo de ação, segundo Habermas (2004), no tecido das práticas habituais, nas quais as pretensões de verdade implicitamente erguidas, que são aceitas contra um vasto pano de fundo de convicções intersubjetivamente partilhadas (formadas através das práticas do discurso e da própria vivência

peçoal) constituem, por assim dizer, os trilhos para as certezaas que guiam a ação. Quando as estruturas das verdadeas de ação são abaladas, elas tornam a encher um reservatório de incerteas que se transfiguram em temas; combustíveis para novas verdadeas: pretensões de validadeas para enunciados hipotéticos. Esse mecanismo permite que na transição do agir para o discurso, o ter-por-vir verdadeiro inicialmente ingênuo se liberta do modo da certeza da ação e toma a forma de um enunciado hipotético, cuja validade fica suspensa durante o discurso (DAGIOS, 2009). Posteriormente elas podem ou não, ser testadas e, se for o caso, resgatadas discursivamente.

[...] o que não deixa de exigir uma explicação é a força misteriosa do acordo obtido pelo discurso que autoriza os participantes da argumentação, no papel de atores, a aceitar como verdadeas as asserções justificadas, sem levantar nenhuma reserva (HABERMAS, 2004, p.250.)

Para Lacan (1945/1988b) a verdade do desejo tem estrutura de ficção. A fantasia parte de um desejo presente que retoma traços mnêmicos do passado e se lança ao futuro como realizado. Lacan associa a fantasia como uma determinada ligação entre o real e a verdade.

Há um toque de ficção em tudo que se escreve, da lista de compras à alta filosofia. Escrever seria criar discursos que, ao fim e ao cabo, resultam em nada mais que modos de falsear a realidade. Nesta visão, todas as escritas têm natureza semelhante, a natureza do simulacro, e, portanto, tudo é ficção. (TEZZA, 2017, p.46). Por isso, pode-se contar mentiras dizendo só a verdade. Sem a ficção, sem o papel de mediação, de articulador de conversas, a verdade não se produz, o desejo não se dá (DUNKER, 2017).

Relacionando a questão da verdade com a escrita, o último autor afirma que na escrita o real se incha; depois de escrito, ele está maior do que era; ele é a coisa em si, mais do que escreveram dele. O que impressiona na escrita é que sua intervenção – que é fátua e volátil quanto ao simples sabor da voz – permanece, acrescenta-se ao objeto representado e ali fica. Ela tem um apelo natural à verdade, ou à nossa fraqueza em tomá-la como tal. Talvez pela sua própria característica de nos transportar para fora do momento vivido, pelo seu caráter de ficção. As

informações saturadas de prerrogativas pós-verdadeiras circulam nas redes sociais por meio da escrita, tendo esta a peculiaridade de possuir a natureza de simulacro, onde tudo é ficção. Talvez aqui se esconda uma parte da pós-verdade que exploraremos mais adiante no que tange a atender aos apelos do desejo de quem a lê.

A pós-verdade pode ser encarada como uma “espécie de trapaça, com a tentativa eludibriante de se criar uma expressão paradigmática que consiga traduzir o equivalente ao oposto semântico sociocultural de verdade” (RIBEIRO, 2017). Sustentamos que esse procedimento é tão arcaico quanto a linguagem em si, e apresenta a diferença hoje de possuir um grande catalisador virtual de suas velhas manobras discursivas. Seu princípio estrutural tem por base a concepção e manipulação irrestrita de boatarias, ou seja, a sucessão espectral de notícias falsas, elementos historicamente empregados por diversos estados autoritários, déspotas e fascistas. Podemos citar como exemplo as teorias de conspiração partidárias, como a concernente ao assassinato de Martin Luther King (1975) ou a negação do holocausto no extermínio nazista de milhões de pessoas, entre judeus, negros, ciganos, subversivos, etc. Mais recente, a chegada no homem à Lua foi negada por um grupo conspiracionista e hoje em dia há uma disseminação preocupante e ainda maior de teorias da mesma família como os autointitulados “Terraplanistas (Flat-Earthers) ou os “Anti-Vaxxers”. – Todas possuem um fio comum, todas se utilizam sem pudor de enunciados pós-verdadeiros para venderem as suas “narrativas” (QUADROS, 2018).

A discussão acerca da verdade é tão antiga quanto à própria Filosofia, talvez anterior a ela. Possuidora de grande afinidade com a ética, a moral e a religião, a verdade pode ser tida como o que habilita e autoriza discursos, fomenta ideologias, habita crenças e rege vontades. Mergulhar no antro da Verdade é arriscar-se no mar do indelével, do inescrutável; é remexer e bagunçar aquilo que temos como base do nosso crer. Penso que, se tratando de tal tema, é indispensável fazer este percurso da verdade como conceito puro antes de se aventurar nas falácias das verdades degradadas de nossa atualidade. Analisaremos de que forma o discurso normativo, como aquele que rege e inscreve as operações simbólicas como verdades para as principais eras ao longo da história da humanidade, foi se constituindo e se modificando. Posteriormente, discutiremos sobre a

elucubração da verdade como fato interpretativo e, por fim, exploraremos a sugestão de Vattimo (2016) de uma ética da finitude. Para encerrar a apresentação sobre a Verdade, traremos a conclusão de Vattimo sobre a essência da mesma baseada no conceito de “clássico”.

## **As mudanças no discurso normativo aliado à verdade ao longo da evolução humana**

A organização racional a partir da construção da Pólis grega foi o que possibilitou, a partir da afirmação da verdade, o início de um acúmulo de construções que culminaram no modo de se organizar a vida do sujeito contemporâneo. Fazemos a escolha de tomar a Pólis Grega como ponto de partida por representar a grande virada histórica na forma de pensar e de enxergar o mundo com a emergência da filosofia. Os discursos fundantes das principais eras de nossa história legitimaram as leis, instituíram um *modus operandi* e fundaram os regimes morais de acordo com três grandes blocos discursivos: a organização política, a organização econômica e a religião. Evitaremos minúcias historiológicas para não nos desviarmos do objetivo; não há a ambição aqui de apresentar um estudo em História, apenas a exposição das diferentes verdades num panorama geral da história evolutiva humana que não pode e não deve ser ignorado ao tratar-se do tema; recortes que nos interessam na construção da verdade e da empreitada da vontade de verdade, o que nos leva a emprestar as palavras de Foucault ao asseverar que cada sociedade tem o seu “regime de verdade” e seleciona os discursos que considera como verdadeiros.

Se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 1970, p. 14).

Vattimo (2016) apresenta a evolução no curso da história do conhecimento da verdade como objeto de estudo.

Primeiro, com Platão, a verdade das coisas é posta nas ideias: ou seja, naquelas essências transcendentais que se colocam como modelos imutáveis das várias realidades e que garantem a própria possibilidade de falar sensatamente. Depois, com o cristianismo, a verdade das coisas é colocada no além, que conheceremos somente quando virmos a Deus na outra vida. Kant, por sua vez, faz a verdade residir na mente, nas estruturas estáveis com que a razão organiza um mundo de fenômenos dos quais não se sabe, porém, como seja “em si mesmo”. O positivismo científico de Comte, ao final deste processo, chama verdade somente o fato positivamente acertado com o método experimental; mas este fato é exatamente “fato”, ou seja, produzido pelo sujeito humano que manipula e modifica indefinidamente as coisas. A verdade se identifica, assim, segundo Nietzsche, com aquilo que o homem faz, tecnicamente, do mundo, triunfa o puro subjetivismo e não há mais nenhuma objetividade (VATTIMO, 2016, p.21).

## **A Pólis Grega**

Até aproximadamente o século VII a.C. os gregos explicaram a realidade por meio de mitos. A religião da mitologia Grega, que perdurou por muito tempo incumbia-se de explicar os fenômenos naturais assim como delegava aos Deuses e suas tentações humanizadas as impertinências e aleatoriedades da vida. Mais do que relatar, buscavam reter uma determinada parcela da realidade. Só durante o século VI A..C., os gregos começaram a enxergar a natureza e as relações humanas de forma mais realista e reflexiva. Surgem os sofistas, professores de oratória que se ocupavam de ensinar estratégias de convencimento numa orientação genérica. Ganham poder e dinheiro em troca de sua reputação, mas são tidos como enganadores, charlatões.

Mais adiante, com o advento da Filosofia, a razão passa a ser um modelo de pensamento. De acordo com Mosé (2019), a razão como produto da

sobreposição de camadas de sentido, de interpretações, dispostas durante a história da humanidade se tornou o orientador da conduta humana no mundo, ou seja, o princípio de explicação das realidades. A autora afirma que na racionalidade, “a vontade, que antes era tida como fruto de uma exterioridade deslocada nos Deuses, passa a integrar a subjetividade dos sujeitos; uma interioridade que quer, sente, pensa. A criação do sujeito autorreferente é a base da racionalidade ocidental” (p.70). Ela funda a capacidade humana de se pensar de forma específica, organizada, esclarecida, provida de arbítrio e distante das emoções, tendo como alvo o incondicional, o imutável, o Ser, a verdade. Ainda segundo a autora, Platão insere o discurso do Ser da verdade como o que corresponderá sempre à realidade. Tendo ideia como modelo de verdade, Aristóteles vai se contrapor aos sofistas utilizando a verdade da linguagem, o sentido. Ele apresenta as condições do discurso, seus princípios e leis que permitem a ascensão do discurso verdadeiro: a lógica, como forma do discurso, permite que o pensamento enuncie a verdade. Essa continuidade entre o ser, como essência e verdade vai se repetir em Heidegger, conforme comentaremos abaixo.

## **A Modernidade**

O período posterior à Idade das Trevas (termo cunhado pelos renascentistas para delimitar o período intermediário entre o que consideravam a brilhante cultura da Antiguidade clássica Grega e Romana e o movimento que levou os europeus a fazerem renascer os valores dessa cultura) corresponde a um “intervalo” durante o qual as pessoas teriam vivido submersas na ruína dos valores mais altos, na decadência e ignorância. A Igreja Católica (surgida na Palestina entre o povo hebreu e espalhada pelo mundo após a dominação antropofágica dos Romanos sobre os gregos) era tida como a detentora da moral e da verdade – estruturante da visão de mundo individual, unificadora do poder sobre a forma da cristandade (hegemonia ideológica). O campo do saber estava tomado, o terreno era infértil para a reflexão. O estado era quase que inexistente e o poder político fragmentado, descentralizado e nas mãos dos senhores feudais. Sobre esse momento (e outros mais), Foucault diz: “Era o discurso dogmático que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que se ia

passar, mas contribuía para a sua realização, provocava a adesão dos homens e se tramava com o destino” (1970, p. 14).

Por volta do século XVII, com o Renascimento, surge uma vontade de saber que desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; com essa insurgência passamos à Idade Moderna, na qual nasce o humanismo e com ele a dinamização do conhecimento; a introdução da formação educacional do período dos “estudos humanos” (história, filosofia, retórica, matemática e poesia) – que procuravam centralizar e basear suas questões e análises no mundo concreto dos seres humanos na realidade natural e social que os cerca. Assim, as explicações deixam de se basear em Deus, nos pilares divinos e dogmas católicos. Tal postura permite o surgimento da ciência moderna – razão, método científico, racionalismo e experimentalismo, e, com ela, os preceitos da Modernidade. A Modernidade, segundo pensa Nietzsche, é o processo de substituição de valores que aconteceu em função do que ele chama de “morte de Deus”, quando os valores superiores foram substituídos por valores humanos: os valores sustentados pela ideia de absoluto, de essência e de Deus, foram substituídos pela crença na ciência, na consciência e no sujeito.

A verdade mais elevada já não residia mais no que era o discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: “chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto. (FOUCAULT, 1970, p. 15).

Com o Iluminismo (séc. XVIII), ocorre outra revolução na mentalidade. A razão como único instrumento para se chegar a alguma verdade científica é novamente instaurada. Foucault faz uma ressalva importante em seu livro “Em defesa da Sociedade” (FOUCAULT, 2018) a respeito deste momento. Há de se tomar cuidado de não avançar sem antes observar que não se tratou de um “progresso do dia sobre a noite, do conhecimento sobre a ignorância”. O Século XVIII - como o da emergência dos saberes técnicos - carrega consigo uma pluralidade que vale ser destacada.

Os diferentes saberes existiam conforme as diferenças da região geográfica, de categorias sociais, de educação e em relação à riqueza daqueles que

os detinham. Segundo Foucault (1979), nessa época esses saberes estavam em luta uns contra os outros, numa sociedade em que o segredo do saber tecnológico valia riqueza e em que a independência desses saberes em relação aos outros significava também a independência dos indivíduos. À medida que foram se desenvolvendo as forças de produção (em concomitância às demandas econômicas), o valor desses saberes aumentou, e com esse acréscimo também a luta em portá-los. Ocorreu nesse meio tempo um processo de anexação, de confisco dos saberes menores, mais particulares, locais, pelos maiores, industriais; uma imensa luta econômica-política em torno dos saberes. É nessa dinâmica belicosa que se deve pensar o desenvolvimento do chamado saber tecnológico do século XVIII.

Sob a forma do progresso da razão, o que se passava, segundo Foucault, foi “o disciplinamento de saberes polimorfos e heterogêneos”. Primeiro com o surgimento da Universidade como o grande aparelho de uniformização dos saberes que passa a selecionar os saberes; simultâneo à homogeneização desses saberes com a constituição de uma comunidade científica. (FOUCAULT, 2018, p.219).

Para Foucault (2011), a verdade está inserida na história crítica do pensamento e apresenta um caráter relativo ao que é normalmente tido como verdadeiro; não está no objeto (ele não preexiste) nem no sujeito (não é uma essência), mas nas articulações históricas de sua mútua modificação e constituição. Ela torna-se verdade a partir das práticas em que é usada em articulações específicas. O sujeito e o objeto como unidades universais e necessárias não existem; concretizam-se mediante práticas, que podem ser jogos teóricos e científicos, práticas sociais ou práticas de si. (CANDIOTTO, 2006.). Há uma história da emergência dos jogos de verdade que justificam racionalmente modos específicos de objetivação e de subjetivação. Ela é, conforme Foucault (1979), a história sempre provisória das condições que admitem, ou não, que se assevere “verdadeiro” ou “falso” a propósito de certas coisas, e nessa relação podemos encaixar o “lugar de poder de enunciação” citado por Danziato (2012):

Foucault já demonstrou, em sua arqueogenealogia, as relações de poder intrínsecas a todo saber. Uma genealogia dos discursos esclarece que o poder dos discursos não depende fundamentalmente de sua precisão e objetividade, mas da

assunção de um lugar de poder de enunciação da verdade. Se a “verdade é política”, é porque ela se deve ser considerada dentro dessas relações genealógicas de poder. Assim, ao instituir um mercado do saber, a modernidade delimita um lugar político da verdade, e encena relações muito precisas de poder, que demarcam a instauração de um novo mestre – o mestre moderno (Lacan, 1992) assim como um espaço institucional e discursivo responsável pela sua sustentação e produção: a Universidade e a ciência.

## **A verdade como fato interpretativo**

Como fato interpretativo, não se deve avaliar a verdade como correspondência pontual entre o enunciado e as coisas, mas sim “como consenso sobre os pressupostos de que se parte para avaliar essa correspondência” (VATTIMO, 2016, p.26), pois, independente do enunciado, está implícita uma escolha daquilo que parece relevante. Essa escolha nunca é livre de interesses. Como fato interpretativo, ainda residem muitas das críticas modernas à mentira social sobre a qual falou Nietzsche, onde sempre se fundou o domínio dos fortes sobre os fracos. Segundo ele, a voz da consciência que rege nossa conduta é nada mais que a voz do rebanho, ordenado a partir dos ditames de uma disciplina social introjetada e transformada em nosso *modus operandi* (essa ideia se aproxima muito à de Foucault quanto à dinâmica belicosa do saber tecnológico). A ideologia é, de fato, uma interpretação que predomina sobre outras possíveis – não apenas do sujeito, mas de uma classe – que não tem consciência de ser uma interpretação e que, exatamente por isso, se crê absoluta. A conclusão de que Vattimo se aproxima – da verdade como algo absoluto, como correspondência objetiva, entendida como última instância e valor de base – é um perigo, muito mais que um valor. Lá, onde a política busca a verdade, não pode existir a democracia, pois surgirá um Estado ético que pretende poder decidir qual seja o verdadeiro bem dos cidadãos, mesmo contra a opinião e as preferências deles. “Se houvesse uma verdade objetiva das leis sociais e econômicas a democracia seria uma escolha totalmente irracional: seria melhor confiar o Estado aos especialistas, aos reis-filósofos de Platão ou aos prêmios-Nobel de todas as disciplinas.” (VATTIMO, 2016, p.16). Novamente é apresentada aqui a ideia da verdade como forma de

dominação: se fixamos, de acordo com nossa tradição, uma entidade estável, é porque queremos demonstrá-la (impô-la) com autoridade e dureza aos outros. A verdade absoluta como mecanismo capcioso.

Já que falar de uma verdade absoluta implica entrar em jogos de poder e dominação, o mesmo autor apresenta a ética como uma alternativa viável para não se perder neste mesmo lastro. Se não existem princípios primeiros, supremos, universais, como verdades absolutas regentes ao comportamento humano, pareceria que importam apenas os imperativos ditados pelas situações específicas: é aqui que entra a diferença entre uma ética pós-metafísica e o puro e simples relativismo (tido como enrijecimento metafísico – autocontraditório e impraticável – da finitude, cuja pretensão de colocar-se estavelmente em um ponto de vista universal torna-o contrário ao que ele mesmo luta por derrubar). Assumir como “mundo verdadeiro” (teorias de mundo - fiadoras daquele sentimento oceânico sugerido por Freud em “Mal-estar da civilização”) uma fábula específica e particular significa limitar a perspectiva. Em outras palavras, a ética não deveria ser referenciada na metafísica. Heidegger (2010) define esta época como a do “fim da metafísica que, no entanto, não quer de fato terminar, ou que, com Nietzsche, pode-se chamar a morte de Deus da qual muitos, porém, ainda não ouviram falar” (Apud Vattimo, 2016). Há de haver a dissolução dos princípios como ponto de partida para mover-se na direção de uma ética ulterior, que não pretenda mais estabelecer-se como aplicação prática de uma certeza teórica acerca dos fundamentos últimos. (VATTIMO, 2016, p.98).

Seria ingênuo não reconhecer a potência dominadora que regula e controla as vontades através das máximas da fé (e do medo). Apresentar críticas tão fulminantes contra a ética do “homo religiosus” sem apresentar alternativas seria como derrubar um armário velho e guardar as roupas no chão. A alternativa que Vattimo propõe é de uma ética construída em torno do obsoletismo das verdades denominada por ele como “ética da finitude”, a qual segundo o autor (2006, p.99) permanece fiel à descoberta da situação sempre insuperavelmente finita da própria proveniência sem esquecer as implicações pluralísticas dessa descoberta”. Dizendo de outra forma, ela sustenta a sua validação sobre o obsoletismo inerente das ideias e regras; reconhece o limite do alcance exclusivo de seu tempo e assume sua data de validade. O autor sabe que as regras sobre as quais a sociedade se funda não serão simplesmente suspensas ou revogadas na

ética da finitude, mas espera, ou deseja, o dia em que as “naturais” possuirão uma obrigatoriedade diferente: pautadas na racionalidade (reconhecidas como *discursus*, *logos*, razão) subtraídas da violência que caracteriza os princípios últimos (e a autoridade de que se sentem depositárias) e as escolhas entre o que vale e o que não vale da herança cultural da qual proviemos:

Tal escolha será feita com base no critério da redução da violência e em nome de uma racionalidade entendida como discurso-diálogo entre posições finitas que se reconhecem como tais e que, por isso, não têm a tentação de impor-se legitimamente (enquanto convalidadas por um princípio primeiro) sobre as dos outros. É a exclusão dessa violência que se crê legítima, e a exclusão de qualquer violência identificada. O respeito do outro não é, nem mesmo de modo remoto, fundado no pressuposto de que ele seja portador da razão humana igual em todos; Ele é sobretudo o reconhecimento da finitude que nos caracteriza a ambos. Se com a assunção do destino nihilístico de nossa época decidimos que não podemos dispor de nenhum fundamento último, cai por terra qualquer legitimação possível à prevaricação violenta sobre o outro (VATTIMO, 2006, p.101)

Discorrer sobre uma ética da finitude é realocar o lugar da verdade como matéria prima dos modos de conduta, ideologias, crenças e fé. Ela só se dá a partir da assunção da verdade no discurso pelo sujeito. A verdade como simplesmente o que está em conformidade com os fatos e com a realidade é uma versão mutilada da mesma, pois descarta (ou revoga) o discurso e a interpelação do sujeito através de processos de subjetivação, chegando a concepções que seriam espontaneamente inseridas na sua visão e concepções de mundo que tentariam chegar próximo a verdades; as mesmas que norteiam a ação e o sentido. A singularidade do sujeito se constitui através desses atos de liberdade e de produção de si, escolhas por onde ele passa a evidenciar a questão da verdade.

## **A aceitação**

A infinita flexibilidade discursiva moderna juntada a uma perda da fé nas instituições que antes ancoravam a verdade proporcionaram, segundo Gibson

(2016), uma dupla hélix da pós-verdade: (1) a proliferação de discursos, que podem causar confusão, incertezas e, por fim, fadiga na democracia e imobilidade. (2) a politização do conhecimento especializado, sujeitando todas as formas de conhecimento a debates infinitos e (3), cultivo de conspirações, como tentativa de reconstrução de uma ordem em um contexto caótico de alegações e contra-alegações. Segundo Žižek (1999), essas características se devem, em parte, pela perda (ou morte) das “grandes narrativas” na cultura humana. Decorre daí uma falência da autoridade simbólica exemplar, no descrédito à ideia da imprensa como mediação democrática da sociedade e o surgimento da desconfiança em relação ao poder público como campo de apaziguamento de tensões sociais permanentes. (QUADROS, 2018). O sujeito é fisgado pela pós-verdade porque algo dela encontra eco nele.

A aceitação de um discurso pós-verdadeiro como se fosse efetivamente verdade não depende de fatores puramente intersubjetivos, mas não os dispensa. Se considerarmos o sujeito como uma esponja de significantes, essa parte do trato com a pós-verdade que promove o aceite diz respeito àquilo que convém, dentro do emaranhado subjetivo, para dar corpo e razão às suas ambições de verdade. Tratamos, aqui, da faceta mais visceral da pós-verdade, que remexe nas fornalhas da emoção e da razão que constituem as verdades pessoais: lidamos com desejos, preconceitos, angústias e defesas clássicas como projeção, regressão, negação, deslocamento, intelectualização e formações reativas.

Observemos um evento, na tentativa de tornar esse mecanismo mais palpável: as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e o grande uso e acúmulo de notícias falsas veiculadas durante o período de eleição. Segundo Macedo (2018), ao todo foram 123 boatos espalhados (*fake news*) diretamente ligados a Haddad e ao candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL), sendo que, destas, 104 beneficiaram Bolsonaro.

Contra Bolsonaro, entre as falsas notícias relacionadas à facada da qual fora vítima no dia 6 de setembro está a de que o candidato teria chegado andando ao hospital em Juiz de Fora (MG) após ter sofrido o atentado. A imagem, em que ele aparecia com a mesma roupa que usava ao ser esfaqueado, foi tirada mais cedo naquele mesmo dia. Contra Haddad, por sua vez, foi espalhada a notícia de que um de seus projetos seria a implementação do “kit-gay” para crianças de 6 anos

que supostamente envolveria imagens pornográficas junto a instruções obscenas de sexo homoafetivo. O nome real do projeto era “Escola sem homofobia” e tinha por objetivo oferecer formação aos professores para lidarem com os direitos LGTB, a luta contra a violência e os preconceitos e o respeito à diversidade entre os jovens e adolescentes (BBC NEWS BRASIL, 2018).

Percebemos que as duas notícias bordeiam o ridículo. Na primeira, a assunção de que toda a imprensa e as pessoas do local onde a facada ocorreu estariam numa espécie de conluio é no mínimo absurda. Na segunda, provavelmente a reação do primeiro sujeito que teve contato com o projeto real e o distorcera de modo a incitar reações homofóbicas encontra eco na escuta de quem toma esse material deturpado como verdade incontestável. Não há espaço para dúvidas. O caráter apelativo e sensacionalista fomenta ideias e pré-concepções que encontram ali um recipiente perfeito na qual as insatisfações pessoais (de cunho emocional, psíquico) são derramadas sobre a forma de uma fúria perplexa. A subjetividade autoritária se expressa como violência. Essa violência é fruto de um pensamento esvaziado de autorreflexividade, esvaziado de sentimentos elaborados e pleno de emoções brutas, tais como o medo e o ódio. De acordo com Habermas (2004, p. 257), “A desproblematização das questões sobre a verdade serve como licença para retornar a um trato ingênuo com o mundo. As certezas da ação abaladas se transformam em controversas pretensões de validade para enunciados hipotéticos”

Na ficção da verdade existe um mesmo traço referente a sentimentos de pertença e de identificação que unem ou apartam. O sentimento de inclusão e esclarecimento sobre os demais traz consigo padrões narcísicos. Se

[...] há um toque de ficção em tudo que se escreve, da lista de compras à alta filosofia, escrever seria criar discursos que, ao fim e ao cabo, resultam em nada mais que modos de falsear a realidade. Na escrita, o real incha; depois de escrito, ele está maior do que era; ele é a coisa em si, mais do que escreveram dela” (Tezza, 2017, p.52).

Nas grandes teorias conspiracionistas circulantes nos dias de hoje (algumas delas, citadas anteriormente, como os “terraplanistas” que em suma acreditam que a Terra é coberta pelo “firmamento”, em formato de domo e

também os *Anti-Vaxxers*, que são ferrenhamente contrários às vacinas a ponto de expor seus filhos a doenças antes extintas por acreditarem que as vacinas são mentiras líquidas que causam autismo. Assumimos aqui a perspectiva de que, tal como uma variedade de explicações mirabolantes sobre o inexorável, tais teorias possuem um traço paranoico em comum. A paranoia indica qualquer formação delirante que alcance o nível de um sistema: persecutório, hipocondríaco, querelante (formas depressivas) ou de grandeza (forma expansiva), sendo que tais rupturas com os grandes consensos normativos e as subsequentes elucubrações fantásticas disseminadas como “a verdade que ocultam de nós”, levam consigo a marca do paranoico: “instala-se rapidamente uma floração de ideias delirantes quixotescas, absurdas e constantemente mutáveis, inicialmente construídas em torno de interpretações e de ilusões de memória” (Dunker, 2003). Qualquer semelhança com os discursos aqui citados não é mera coincidência.

## **Conclusão**

Pretendemos, com este trabalho, produzir uma reformulação teórica analítica sobre a pós-verdade. Sua relevância se dá na urgência de explicar e entender os mecanismos de ação discursivos que rodeiam o atual mundo virtualizado e que servem como grandes propagadores de falsas teorias e inverdades com relação às mais diversas esferas sociais do discurso. A pós-verdade, palavra que, apesar de recente, designa uma questão social ampla, ainda apresenta pouca literatura a respeito, o que torna difícil sua compreensão e a formação concreta de uma teoria constitutiva que faça jus a sua importância. Daí o valor da desdogmatização da pós-verdade como um novo mal que assola a contemporaneidade e que contamina toda e qualquer forma de veiculação informativa. Investigando as enormes proporções que enunciados pós-verdadeiros tomam, além de sua estrutura linguístico-discursiva, bem como as implicações na vida cotidiana e na organização social e política moderna, será possível refinar um dispositivo de análise adequado.

Birman (2009) observa que existe uma disseminação de violência metamorfósica, uma espécie de vírus que circula em todos os registros da existência, regulada por buscas narcísicas de prazer e poder. Por conseguinte, privilegiar as

vias simbólicas e intelectuais é de extrema importância num contexto histórico em que presenciamos uma ultrapassagem da verdade e do consenso que chega a níveis de violência extrema, endossando crenças de que há verdades absolutas que devem categoricamente sobrepujar as demais. A pesquisa dessas questões tem a relevância de resgatar as vias simbólicas, e propor outras maneiras de ler e lidar com a pós-verdade.

## Referências

BBC NEWS BRASIL, Londres, 6 out. 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45767946>. Acesso em 30/07/2020.

BIRMAN, J. Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 301-324, 2002.

BIRMAN, J. **Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

BIRMAN, J. A problemática da verdade na psicanálise e na genealogia. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p. 183-202, 2010. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382010000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 13 abr. 2019.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.29, n.2, p. 65-78, 2006.

CARVALHO, B. O antimito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.827, 17 fev. 2019. Ilustríssima, p. 3.

DAGIOS, M. A verdade e seu contexto: uma abordagem a partir de Habermas e Rorty. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v.1, n.14, p. 25-46, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82983>.

DANZIATO, L. J. B. O saber e a verdade na Psicanálise e na Universidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.32, n.4, p. 872-881, 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932012000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000400008&lng=en&nrm=iso). <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000400008>.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNKER, C. I. L. Sobre a compreensão psicanalítica da paranóia. **Mental**, Barbacena, v.1, n.1, p. 23-37, 2003. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272003000100003&lng=pt&nrm=i](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272003000100003&lng=pt&nrm=i)>so>.

DUNKER, C. I. L. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p.4-39.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1970.

FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A Coragem da Verdade. O governo de si e dos outros II**. Curso dado no Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-Saber**. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. *São Paulo: Editora Saraiva. 3ª. Ed., 2012.*

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

GIBSON, W. **Neuromancer**. São Paulo: Editora Aleph, 2016. 5ª ed.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEIDEGGER, M. A superação da metafísica. In: **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LACAN, J. **O Seminário livro 16: De um Outro ao Outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992. (obra originalmente publicada em 1968-1969)

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: Lacan, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar. 1998a, p.197-213. (Obra original publicada em 1945).

LACAN, J. A ciência e a verdade. In: Lacan, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988b, p. 855-892. (Obra original publicada em 1945).

MACEDO, I. Das 123 fake news encontradas por agências de checagem, 104 beneficiaram Bolsonaro. **Congresso em Foco**, Brasília, 26 out. 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>. Acesso em 27/07/2020.

MOSE, V. **A espécie que sabe: Do Homo Sapiens à crise da razão**. São Paulo, Ed. Vozes, 2019.

QUADROS, P. Dissimulacro-ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v.18, n.32, p. 201-218, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso)>.

RIBEIRO, M. A. Pós-verdade não é um conceito e sim uma trapaça! **Carta Capital**, Blog do Sócio, Opinião. 2017. Apud QUADROS, P. Dissimulacro-Ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n.32, p. 201-218, abr. 2018. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100015&lng=pt&nrm=iso)>.

SARTORI, G. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Lisboa, Terramar, 2000.

TEMMERMAN, M.; MOERNAUT, R.; COESEMANS, R.; MAST, J. Post-truth and the political: Constructions and distortions in representing political facts. **Discourse, Context & Media**, v.27, p. 1-6, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2018.10.002>.

TESICH, S. A Government of Lies, **The Nation**, New York, v.254, n.1, 6 jan. 1992.

TEZZA, C. A era da pós-ficção: notas sobre a insuficiência da fabulação no romance contemporâneo. In: DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 40-72.

TIBURI, M. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, C.; TEZZA, C.; FUKS, J.; TIBURI, M.; SAFATLE, V. *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p.94-125.

VATTIMO, G. A idade da interpretação. In: RORTY, R; VATTIMO, G. ZABALA, S. (org). **O futuro da religião**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.  
VATTIMO, G. Adeus à verdade. São Paulo: Ed. Vozes, 2016.

ZIZEK, S., 1999. **The Ticklish Subject**. London: Verso, London. 1999.